

Marcas da Composição do Discurso Científico Contábil

Iracema Raimunda Brito das Neves

<https://orcid.org/0000-0002-7419-2127>

Para além de permitir a estruturação de experiências e realidades individuais, a linguagem é a essência das relações humanas por ser a substância que constitui a tessitura de textos, falados e escritos. Pode-se afirmar que esses textos nutrem, integram, destituem e reconstituem tais relações: nutrem por garantir a sua continuidade; integram a partir de percepção suas congruências; destituem ao desvelar ideologias antagônicas; e restituem aquelas percebidas como compatíveis.

Nesse movimento, os textos expõem o seu discurso e registram a memória coletiva de uma sociedade. Bakhtin (2003, 2006) afirma que os enunciados orais ou os escritos se contextualizam como ato responsivo nas esferas do agir humano, por isso possuem uma organização composicional e estilos próprios – gênero por atividade – produzindo consonâncias, multissonâncias e dissonâncias. Bakhtin evidencia a singularidade semântica do enunciado em função do contexto e da intenção do enunciatário, mesmo quando elaborado com idênticas palavras.

Segundo Bakhtin (2006, p. 96), “A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida”. Foi a partir dos trabalhos desse autor que as atenções se voltaram à natureza linguística dos estudos, ou seja, os gêneros textuais – os estudos anteriores focavam a retórica, a literatura e a gramática. Em qualquer que seja o gênero textual produzido, há um propósito comunicativo imbricado no discurso que se define pelas relações interpessoais socialmente estabelecidas e se expressa, intencionalmente, por meio de enunciados.

A intencionalidade das palavras destacada por Bakhtin permite-nos transportar ao sentido de discurso em Foucault (1996, p. 135): “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”, a qual se traduz em enunciados que são submetidos a uma mesma formação ideológica. Assim, atentos à potencialidade semântica e ao poder argumentativo dos discursos científicos consumidos na área contábil, discorreremos sobre o discurso, a formação discursiva e as características do discurso científico contábil, segundo editores de periódicos da área.

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Recebido em 26/03/2022. Aceito em 26/03/2022 por Dr. Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima (Editor).

Publicado em 01/04/2022. Organização responsável pelo periódico: Abracicon.

Formação Discursiva: direcionador ideológico do texto

Melo (2009) explana sobre o número de equívocos que se tem cometido quando se faz referência ao termo “discurso”. Seja nas distintas áreas de conhecimento, seja em cada tradição, ou em cada vertente dentro de uma mesma tradição, o termo “discurso” pode ser adotado com base em diferentes conotações, dada a conjuntura em que se insere. Na concepção linguística, por exemplo, o discurso é estático e ao analisá-lo toma-se a sua estrutura como agregado de frases ou termos. Em Dubois (2007) há três entendimentos distintos para discurso: no primeiro, o discurso é aceção de fala, ou seja, a linguagem em ação; no segundo, tem-se o discurso como uma mensagem sequenciada, um enunciado; e no terceiro, o discurso toma o sentido explorado por Fiorin (1993, p. 80): “toda combinatória de elementos linguísticos provida de sentido”. Os estudos antigos sobre retórica se apropriam do termo discurso para elucidar uma maneira de persuadir (Barros, 2012; Brandão, 2004), ou seja, o discurso é base estratégica utilizada para convencer por meio da oratória.

As concepções, até então apresentadas, evidenciam uma ampliação do conceito de discurso deslocando-se de uma visão de fala para formulações mais amplas e complexas que se combinam na busca de conceber a comunicação. Ao relacionar o termo discurso com a retórica da persuasão, esses autores imprimem nele a característica de intencionalidade e de criticidade, visto que depreendem que a persuasão exige esforço, habilidade de aplicação das estratégias argumentativas, cujo objetivo é provocar mudança de pensamento e de atitude.

Em Pêcheux (1990), precursor da análise do discurso de tradição francesa, e em Fiorin (1993), o termo discurso é entendido como substância ideológica, todavia esse último ressalta a existência intrínseca de uma semântica que atua como campo da determinação ideológica. Ao encontro do que Pêcheux e Fiorin apregoam, Carrieri (2001; 2009) considera a existência de uma ideologia direcionadora do discurso, o qual é por esse definido como redes de relações nas quais os indivíduos se inserem e estabelecem regras de conduta. As de “práticas sociais” ou “práticas discursivas” são em Foucault (1996) materialização do discurso que se condensam em um conjunto de enunciados atrelados a um sentido histórico.

Nota-se que os autores anteriormente citados se inserem em uma linha de raciocínio congruente, a partir da qual o sentido do discurso está fortemente atrelado ao contexto e à concepção de mundo do enunciatador que imprimem nele intencionalidade circunstanciada, ideológica. Ainda que inseridos em uma mesma abordagem de análise do discurso, o conceito de Pêcheux (1990) é aclarado e contextualizado pela introdução das ideias de “rede de relações” e “regras de conduta” em Carrieri (2001).

Van Dijk (2008), estudioso da análise crítica do discurso francesa, concebe o discurso como maneira de estabelecer o poder no contexto contemporâneo, relacionando-o com a cognição e com o social: condição das ‘mentes’ desfrutada por todos os indivíduos em sociedade. Fairclough (2008) considera que o discurso materializa ideologia e cria identidade, interferindo na maneira como o indivíduo percebe o mundo, agindo sobre esse mundo por meio das relações socialmente estabelecidas. Percebe-se que, enquanto Van Dijk difunde o discurso em perspectiva intelectual, Fairclough evidencia uma relação determinística entre o contexto e o discurso, desconsiderando a sua interface cognitiva.

Entendemos que ponderações sobre discurso são instigadoras em decorrência da profundidade das inferências que esse proporciona, bem como pela riqueza das estratégias de argumentação que podem ser utilizadas na negociação com o seu consumidor. Apesar do discurso ser o centro de uma situação comunicativa, Orlandi (2009) destaca que esse discurso em si se torna apenas um agregado de frases que, diluídas no intradiscurso, se repetem, portanto, a essência e o valor semântico dele se originam na formação discursiva. A formação discursiva é quem determina o sentido do discurso e define seus contornos. Na aceção dessa autora, as palavras não guardam um sentido em si mesmas porque os seus sentidos se fazem por meio das formações discursivas em que se inscrevem, concepção diretamente relacionada com o sujeito linguístico social e histórico.

No contexto social, as formações discursivas se relacionam com as formações ideológicas dominantes e determinam o que pode e o que não pode ser dito. Guilhaumou (1986) considera que, por ser parte das categorizações básicas, a noção de formação discursiva foi aquela que mais provocou efeitos significativos sobre o processo de metamorfose da análise do discurso ao longo do tempo. Foucault, por sua vez, não compreende as formações discursivas como ideologia, mas como termo vinculado à ideia de saberes e poderes.

Jean Jacques Courtine, estudioso da análise do discurso com viés político francesa, tem papel central no desenvolvimento do sentido de formação discursiva por estimular a interlocução às produções de Pêcheux e de Foucault. Courtine (2009) trata a formação discursiva como elemento fundamental da análise do discurso, uma vez que demonstra os saberes que se estabelecem por meio do interdiscurso – local em que se organizam os objetos de que o enunciador se utiliza para a construção do seu discurso.

Com visão na produção textual, Sargentini e Navarro-Barbosa (2004), concebem a formação discursiva como conjunto de enunciados que se concatenam a outros por meio de regularidades internas, constituindo-se em um sistema de autonomia relativa. Essa autonomia e regularidade internas não são lineares e homogêneas, dado que não definem uma unidade de conceitos imutáveis com relações definidas entre si, pelo contrário, o quadro é de configurações mutáveis e de conceitos em transformação. Nessa acepção, a formação discursiva contemporânea está atrelada à dinâmica do contexto histórico-social, aos variados meios tecnológicos de circulação e propagação dos discursos. Esses meios tecnológicos exploram enunciados verbais e não verbais que se sustentam e instauram por meio da comunicação em massa.

Assim, pode-se dizer que a formação discursiva representa a tessitura do discurso hegemônico – uma prática, não perene e heterogênea, atrelada à realidade sócio-histórica, portanto, ideológica e permeada por identidades. Como uma das especificidades de discurso, entendemos que o discurso científico, na forma escrita, é constituído por meio das relações socialmente estabelecidas e circunstanciado historicamente, portanto, dotado de uma formação discursiva. Esse discurso é, pois, um instrumento contextualizado de argumentação persuasiva, norteado por regras específicas do gênero e expresso por meio de formações discursivas, que resulta da capacidade intelectual e das relações socialmente construídas, portanto, dotado de ideologia e desprovido de caráter intuitivo.

Discurso científico: argumentação descritiva e persuasiva

Segundo Charaudeau & Maingueneau (2008), o discurso científico se constitui em enunciados estruturados por argumentação demonstrativa para disseminação de informações decorrentes de processo racional – provar, desenvolver conhecimentos e convencer. Por isso, podemos afirmar que esse discurso não busca estabelecer a verdade, mas sim demonstrar uma verdade que pode ter validade questionada em função do paradigma a partir do qual é examinada (Kuhn, 2013). Cada revolução científica culminou na rejeição de determinada teoria e no estabelecimento de novas regras e de um novo paradigma científico, não implicando perda da “cientificidade” e da relevância do percurso trilhado anteriormente – as formas de praticar ciência sofreram metamorfoses, porque o mesmo aconteceu com as formas de perceber o mundo.

Nesta busca pela verdade científica, o pesquisador tornou-se mediador entre a ciência e a sociedade, entendido por muitos como um indivíduo capaz de isolar-se de todo o seu repertório cultural e social para dar “voz” à ciência, produzindo um discurso científico livre de contaminações decorrentes da subjetividade, concepção de uma ciência imparcial e pura. Por consequência, o texto científico é tido como expressão e materialização dessa verdade imparcial, na qual o sujeito-enunciador emudece e a ciência fala: tradução de um discurso monológico e fechado (Freitas, 2011). Como o cientista está imerso na realidade social circundante e atento à observância dos procedimentos metodológicos da ciência, as perguntas que ele elabora, bem como a delimitação do objeto/fenômeno em estudo e as interpretações desenvolvidas, sofrem influência da sua forma de ver o mundo, seus valores e sua história de vida (Demo, 1995), impossibilitando a constituição de uma ciência completamente neutra.

Sabe-se que a produção científica, disseminada em forma de artigo, prima por um padrão léxico, em que as nominalizações e os termos ou jargões técnicos, acessíveis apenas aos especialistas, prevalecem. Além disso, o discurso expresso no texto científico é norteado por regras que buscam imprimir objetividade e impessoalidade que dizem respeito aos aspectos intrínsecos que orientam a produção textual. Ao disseminar o discurso científico, o pesquisador pactua com a forma de expor textualmente tal discurso e o faz lastreado nas imposições estabelecidas por uma instituição: a academia. A autoridade do discurso científico se confunde com a autoridade institucional, tendo em vista a necessidade de se observar as imposições referentes aos aspectos de padronização de formato do gênero, bem como aquelas relativas ao léxico para expressão das ideias e dos achados.

Assim, o “fazer ciência” torna-se um acordo tácito entre quem produz o discurso científico, aqui sinônimo de discurso acadêmico, e as partes envolvidas no citado processo de avaliação e validação desse discurso, uma vez que o meio acadêmico é ambiente controlado e monitorado por regras. O questionamento e/ou a destituição dos resultados obtidos por meio do procedimento científico resulta(m) de novos argumentos cientificamente construídos; e a autoridade do método é mantida como garantia da credibilidade do conhecimento gerado.

Ainda que se trate de um discurso científico, cada texto possui objetivos delimitados, refletindo as concepções do indivíduo que são influenciadas por sua função social e pelas relações estabelecidas em sociedade, conforme fundamentos explanados anteriormente. Hedges (2002, p. 118) afirma que “... o texto é a materialização da linguagem em determinado ambiente social, no qual essa linguagem desempenha uma função específica”. Ao utilizar as regras do gênero textual específico, artigo científico, o pesquisador busca escamotear a origem do discurso e de todo trajeto científico por ele percorrido ao realizar a investigação científica. Esta tentativa de construir um texto livre de passionalidade e de marcas sociais é prova material de intencionalidade na produção discursiva.

Reitera-se a concepção bakhtiniana que considera o “texto como uma unidade de linguagem social historicamente construída” (Bakhtin, 2006, p. 77), e de Ivanič (1998, p. 78) que, alicerçado em uma visão socioconstrutivista, afirma: “o texto acadêmico é construído como reflexo de normas e convenções, valores e práticas sócio-historicamente produzidos por um grupo de pessoas que se definem, entre outras coisas, por suas práticas discursivas”. Todavia, os autores não fazem menção ao discurso construído e às ideologias que o compõe. Nossa opinião é de que os indivíduos não são eficazes na tentativa de eliminação das ideologias que permeiam o discurso por causa da subjetividade intrínseca ao indivíduo que o produz.

Ademais, compreendemos que a capacidade crítica e a racionalidade do indivíduo fornecem subsídios para que esse possa decidir e argumentar, logo, longe de ser a representação da imparcialidade, o seu discurso científico textualizado é um gênero permeado por intenções. Segundo Koch (2010), o sujeito-organizador-planejador constrói o texto partindo de fatores complexos, por exemplo, suas expectativas, convicções e crenças, regras e convenções culturais e sociais, sua inter-relação com outros sujeitos e conhecimentos partilhados, dentre outros – esses fatores complexos imprimem sentido ao texto –, ainda que em forma de argumentação descritiva o discurso resultante delimita ideias e direciona persuasivamente o seu consumidor.

No caso de uma investigação científica, tem-se que já na elaboração do problema de pesquisa há prioridades e preocupações decorrentes da relação do autor com o mundo circundante e da sua história de vida, tornando-se a primeira manifestação concreta de subjetividade no processo. Por conseguinte, as teorias utilizadas como lente para o estudo e o proceder metodológico da investigação são manifestações resultantes das ideologias que formam a identidade do sujeito-organizador-planejador (pesquisador). Van Dijk (2008, p. 48) considera que “as ideologias (incluindo as científicas) englobam uma (re)construção da realidade social dependente de interesses”. Sem deixar de lado os aspectos inerentes do fazer científico – sistematização e organização dos procedimentos que ratificam a validade dos achados –, admitimos a subjetividade das interpretações científicas, a qual se faz presente nos objetivos, na justificativa, na teoria de base e nos critérios de coleta e interpretação de resultados que norteiam a investigação. Tal subjetividade é própria da historicidade científica, questão tempo e espaço em que se manifestam a cultura, os paradigmas e anseios sociais, ou seja, maneira pela qual o pesquisador compreende e descreve o fenômeno em análise.

O fato de se entender a constituição do produto científico não plenamente isento não implica em discordância acerca das regras de estruturação desse conhecimento científico, sinaliza-se apenas que as tentativas de isenção e neutralidade relativas aos aspectos anteriormente descritos não são plenamente eficazes e efetivas aos propósitos a que se destinam. Isso porque o texto produzido possui um locutor que está inserido histórica e socialmente e que exprime sua concepção de mundo já quando concebe as primeiras ideias acerca do objeto que pretende investigar. Os cuidados excessivos com a manutenção de uma pseudoimparcialidade podem provocar pudores e limitações discursivas por parte dos pesquisadores e, por conseguinte, funcionar como uma “censura” que refreia a sua criticidade e a possibilidade de se estabelecer o seu ponto de vista de maneira plena, a forma acaba por comprometer a essência. Vilela & Junior (2005) afirmam: “o cientista ganhou o *status* que outrora fora do sacerdote, permitindo frequentemente sua cooptação pela classe dominante para justificar com sua obra os interesses hegemônicos e econômicos dessa classe” e, em nosso entendimento isso se reflete, inclusive, na tessitura do discurso de tais cientistas.

Para serem aceitos como publicações, os textos científicos disseminados estão alicerçados em um raciocínio capaz de provocar por meio da argumentação efeitos de neutralidade e convencimento. A intenção dos pesquisadores é que esses textos se constituam em um discurso que acarrete aceitação por parte dos pares acadêmicos e demais interessados e sejam publicados. Segundo Koch (1999), as relações ideológicas do discurso envolvem subjetividade intrínseca ao poder da argumentação; para a autora, “não existem enunciados neutros e, em decorrência, de que a argumentatividade é uma característica inerente à linguagem humana” (p. 85). Concebe-se que a disseminação é uma das formas de conferir ao texto científico o atributo da relevância e persuasão, ou seja, ao ser publicado em periódico, o texto científico passa pela primeira etapa de um processo de avaliação de qualidade e utilidade científica. Isto significa que o proceder científico e as argumentações que ele traz foram capazes de convencer/persuadir os avaliadores.

A seguir, apresentaremos resultados de uma pesquisa por Aragão (2016), a qual se utilizou da entrevista com editores de revistas acadêmicas da área contábil, a fim de identificar a concepção desses pesquisadores sobre o discurso científico da área. A partir dessa opinião, extraímos características que nos auxiliaram de maneira significativa a consolidar reflexões acerca dos achados e a evidenciar de categorias que, naquele instante, caracterizaram o discurso científico.

Características do discurso científico contábil: opinião de editores

Aragão (2016) examinou a concepção de pesquisadores sobre a criticidade do discurso científico disseminado na área contábil, no Brasil. Entrevistou-se 17 editores que apresentavam experiências em periódicos, nacionais e internacionais que totalizaram 593 minutos de gravação. Essas gravações foram transportadas para o Programa NVivo, ambiente no qual realizou-se a categorização e extraíram-se as características aqui apresentadas.

Segundo os entrevistados, a criticidade do discurso os conduz a concebê-lo como neutro, desestruturado logicamente, enviesado, descritivo, superficial, imaturo, descontextualizado, moldado, intuitivo e descomprometido (Figura 1).

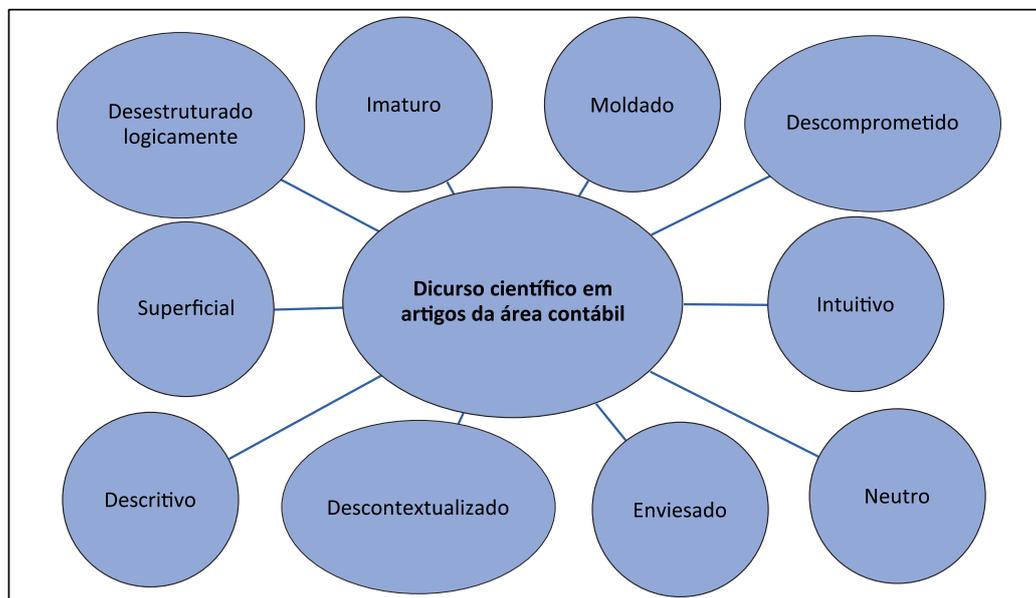


Figura 1. Características do discurso científico da área contábil.

O discurso científico da área contábil foi declarado “neutro” e, de acordo com as declarações, essa neutralidade decorre da isenção e da impessoalidade linguística, características esperadas em gêneros, a exemplo do artigo científico. Todavia, não se pode confundir a atenção às regras do gênero produzido com a isenção reflexiva oriunda da ausência de posicionamento crítico dos autores ao argumentar no texto. A impessoalidade não é ausência de criticidade, tampouco pode ser usada como justificativa para delegar tal responsabilidade aos autores citados no referencial teórico. Afinal, ser isento é apresentar os fatos tal qual eles se manifestam sem cercear a oportunidade de uma reflexão profunda sobre os resultados da pesquisa. Além do termo “neutro”, a expressão “desestruturação lógica” e o termo “enviesado” foram também utilizados para caracterizar o discurso dos referidos artigos.

Um texto desestruturado logicamente é aquele que possui fragilidade coesiva, ou seja, há quebra de fluidez nas ideias apresentadas e, por vezes, excesso de termos desnecessários às frases que prejudicam a organização lógica das ideias nos enunciados. Já o termo “enviesado” foi expresso para dizer da carência de contraposição de ideias, apresentação de apenas um ponto de vista – esse é, por exemplo, o caso de trabalhos que “forçam” generalizações, mas ignoram investigações desenvolvidos por outros pesquisadores na construção do referencial teórico. Além desse fato, o autor do discurso pode entender que textos sem contrapontos são “confortáveis”, dado que guarda conformidade com o que a literatura tem apreendido e pode revelar à falsa ideia de “segurança” e “aceitação” por parte dos seus pares.

“Descritivo” e “superficial” foram termos também atribuídos ao discurso científico da área contábil. O entendimento de que o discurso é descritivo procede do fato de que os trabalhos desenvolvidos contêm basicamente relatos acerca dos fenômenos, principalmente na seção de “resultados” – em que se espera por efetivas contribuições intelectuais. Um exemplo recorrente dessa situação ocorre em trabalhos que se utilizam da estatística e a exploram de maneira superficial, produzindo informações dispensáveis por em nada contribuírem para a cultura escrita da área. A descrição excessiva e a construção de referencial teórico a partir de citações contínuas, sem intervenção textual do autor, acarretam superficialidade à investigação. Segundo os entrevistados, o pesquisador iniciante e o pesquisador eventual são “excelentes” coletores de informações, mas não sabem o que fazer para transformar dados em informações úteis; essa imaturidade científica também se reflete na maneira como as suas argumentações são apresentadas – há certo receio na exposição de críticas, como se pensar “fora da caixa” fosse transgressão, cuja sentença é a marginalidade no mundo científico.

O discurso científico foi considerado “imaturo”, “descontextualizado”, “intuitivo”, “descomprometido” e “moldado”. Entende-se que a imaturidade citada decorre de dois fatores bastante pontuais: a lacuna entre o tempo necessário e o tempo efetivo da pesquisa e a celeridade no processo de formação do pesquisador contábil. Infere-se que os estudos não maturam o suficiente para contemplar exame pormenorizado acerca dos achados antes de que esses sejam publicados – há curto lapso de tempo entre o desenvolvimento da investigação e sua efetiva publicação. Esse fato é fomentado e perpetuado pela pressão das Instituições de Ensino Superior (IES) por publicação – elemento fundamental do seu processo avaliativo. Ademais, a celeridade no processo de formação do pesquisador contábil pode prejudicar a qualidade das inferências e a potencialidade de contribuições do estudo em função da supressão de etapas formativas que interferem no nível de maturidade científica e, conseqüente, na postura crítica do pesquisador.

Considerou-se ainda o discurso científico da área contábil como descontextualizado. Relatou-se o fato de que há pesquisas que se distanciam da realidade social brasileira e acabam por reproduzir uma hegemonia internacional, dado que não existe aderência ao contexto, social, político ou econômico do Brasil. Depreende-se que a internacionalização da pesquisa é ação relevante como resposta à globalização, para garantir frentes de intercâmbio de pesquisadores e seu fortalecimento, todavia, sem perder de vista a existência de linhas de financiamento preestabelecidas pelos organismos de pesquisa. É preciso que os estudos não sigam “modismos”, mas se centrem em problemas contábeis que contemplem as necessidades da área contábil brasileira, caso contrário, todo esforço cognitivo se tornará desperdício intelectual e financeiro.

Conforme exposto em parágrafo anterior, o discurso da área contábil foi considerado “intuitivo” e “descomprometido”. A “intuição” citada decorre do fato de que as argumentações acerca dos achados não se fundamentam em teorias ou em referencial teórico elaborados, por conseqüência, as conclusões se resumem a suposições. Quando se entende o discurso como “descomprometido”, indica-se que as investigações têm um fim em si mesmas. Tais produções não guardam compromisso com o discurso inserido nos textos porque a sua real justificativa/motivação não se vincula ao social e/ou acadêmico, responsabilizam-se, portanto, apenas consigo próprias e com a “fábrica” de produzir-publicar. Valioso seria ter estudos vinculados a programas, ou projetos de prazos condizentes com a proposta elaborada, e, à medida que os resultados de pesquisa acontecessem, produtos fossem disseminados aos interessados, dada a sua relevância social e acadêmica.

Por conseguinte, o discurso científico contábil foi considerado “moldado”, visto que no primeiro momento é considerado coerente por atender às regras de determinado gênero – tanto no que diz respeito à estrutura quanto à forma –, porém, em um segundo momento evidencia-se que seu conteúdo não suscita interesse, não traz inovação ou contribuição que justifique a sua disseminação na comunidade científica.

Reflexões finais

A leitura da seção anterior pode ter conduzido o consumidor desse texto a questionar: se o discurso possui tais características, os artigos científicos da área contábil têm qualidade? Sem perder de vista a subjetividade intrínseca a essa indagação, é preciso destacar que não há nesse texto pretensão de estigmatização ou generalização. Quando apresentamos a opinião dos entrevistados, o nosso desejo é provocar autoanálise sobre o discurso que produzimos e sobre os discursos que promovemos ao exercermos a função de professor(a), pesquisador(a), orientador(a) e avaliador(a). Se não interpretarmos dessa forma, tenderemos a visão presunçosa de entender que tais características são exclusivas e, portanto, “privilégio” da nossa área de conhecimento.

O desafio do comunicar por meio da escrita é, e sempre será, um desafio para a humanidade, porque o texto é elaborado por indivíduos suscetíveis a erros. Demo (1995, p. 29) afirma que “... conhecimento científico é o que busca fundamentar-se de todos os modos possíveis e imagináveis, mas mantém consciência crítica de que alcança este objetivo apenas parcialmente, não por defeito, mas por tessitura própria do discurso científico”. Conforme esse autor, a aparente precariedade argumentativa é uma virtude porque retira de si própria a capacidade de aprender e de inovar-se

É preciso voltar o olhar dos pesquisadores para uma formação, não exclusivamente técnica, mas essencialmente crítica, reflexiva e questionadora, interessa-nos buscar fazê-lo da “melhor” maneira para o outro e pelo outro, dada a função social do conhecimento científico. Contamos com excelentes produções nacionais que, inclusive, têm sido marginalizadas quando ignoramos o brilhantismo intelectual e a seriedade do processo científico de pesquisadores brasileiros, utilizando apenas literatura estrangeira para fundamentar nossos estudos.

Nesse sentido, construir um texto sobre discurso científico e comunicar o resultado de Aragão (2016), nos oportuniza um desconforto reflexivo que julgamos necessário. Se a mudança que podemos promover limita-se ao tipo ou tamanho da amostra, ou ao modelo estatístico empregado, haverá recorrente homogeneidade de resultados nas pesquisas e a indesejada produção de discursos: neutros, desestruturados logicamente, enviesados, descritivos, superficiais, imaturos, descontextualizados, moldados, intuitivos e descomprometidos – produção que não pode e não deve ser disseminada por não contribuir efetivamente para formação da cultura escrita da área. Ademais, direcionar o nosso esforço intelectual ao momento de concepção dos projetos de pesquisa não é suficiente, precisamos nos atentar ao momento anterior que contempla a formação do pesquisador a fim de evitar que as replicações descontextualizadas e que os discursos órfãos de contribuição se perpetuem.

Referências

- Bakhtin, M. (2003). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtin, M. (2006). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ed. Hucitec.
- Barros, D. E. C. (2012). Argumentação e linguagem: da retórica à concepção de discurso como prática social. *Revista Desenredo*, 8(2).
- Brandão, H. H. N. (2004). *Introdução à análise do discurso*. Campinas, Editora Unicamp.
- Carrieri, A. de P. (2001). *O Fim do “Mundo Telemig”: a transformação das significações culturais em uma empresa de telecomunicações*. Unpublished doctoral dissertation, Universidade Federal de Minas Gerais, 326f.
- Carrieri, A. de P., Saraiva, L. A., & Souza-Ricardo, P. A. G. de (Org.). (2009). *Análise do discurso em estudos organizacionais*. Curitiba: Juruá.

- Charaudeau, Patrick; Maingueneau, Michel. Dicionário de análise do discurso. Trad. Fabiana Komesu. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2008.
- Courtine, Jean-Jacques. (2009). Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos Cristãos. São Carlos: Edfscar.
- Demo, P. (1995). Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Dubois, J. (2007). Dicionário de linguística. Editora Cultrix.
- Fairclough, N. (2008). Discurso e mudança social. Brasília: UNB.
- Fiorin, J. L. (1993). Linguagem e ideologia. Editora Ática.
- Foucault, M. (1996). A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Freitas, L. K. M. R. Heterogeneidade e polifonia d (n) o discurso acadêmico: as vozes que habitam o dizer científico. *Revista linguagem*. 1(16).
- Guilhaumou, J. J., & Maldidier, D. (1986). Effets de l'archive. L'analyse de discours du cote de l'histoire. Langages, Paris.
- Hendges, G. (2002). Citando na internet: um estudo de gênero da Revisão da literatura em artigos acadêmicos eletrônicos. MEURER, JL; MOTTA-ROTH, D. Gêneros textuais e práticas discursivas. Bauru, SP: EDUSC.
- Ivanič, R. (1998). Writing and identity: The discorsal construction of identity in academic writing (Vol. 5). John Benjamins.
- Koch, I. G. V. (1999). Argumentação e linguagem. Cortez Editora.
- Koch, I. G. V. (2010). O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto.
- Kuhn, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- Orlandi, E. P. (2009). Análise de Discurso: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes.
- Martínez, LFP. A intertextualidade como dimensão central da análise de discurso crítica (ADC). In: Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012, pp. 131-136. ISBN 978-85-3930-354-0. Available from SciELO Books.
- Melo, I. F. (2009). Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*. pp.1-18.
- Pêcheux, M. (1990). Análise automática do discurso. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 2, pp. 61-151.
- Sargentini, V. & Navarro-Barbosa, P. (Org.). (2004). Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz.
- Van Dijk, T. A. (2008). Discurso e poder. São Paulo: Contexto.
- Vilela, T. M., & Júnior, A. D. (2005). O cientificamente comprovado: reflexões sobre a autoridade da ciência na sociedade contemporânea. *Revista Faz Ciência*, 7(1), pp. 27-27.